



**PROCESSO Nº : 365.920/2017**  
**PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES**  
**ASSUNTO : AUDITORIA**  
**RELATOR : CONSELHEIRO INTERINO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JUNIOR**  
**EQUIPE TÉCNICA : HUMBERTO FARIA JUNIOR**

Excelentíssimo Conselheiro Interino,

Trata-se de relatório técnico complementar elaborado para responder a pedido de diligência do Ministério Público de Contas, no qual pleiteou a inclusão do Prefeito Municipal de Cáceres no polo passivo deste processo e sua responsabilização pelas irregularidades elencadas no Relatório Técnico Conclusivo de Auditoria de Conformidade referente ao pagamento de verba indenizatória a médicos daquela municipalidade.

Em função desse pedido de diligência o chefe do Executivo municipal foi citado, e apresentou seus esclarecimentos.

Findas as análises, a Equipe Técnica posicionou-se pela não responsabilização do Prefeito Municipal, e manutenção do rol de responsáveis elencados no Relatório Conclusivo.

Considerando o disposto no §1º do art. 139 do Regimento Interno do TCE; tendo em vista que o relatório técnico foi elaborado de acordo com as disposições legais e no intuito de promover o controle da qualidade do controle externo nos termos do art. 5º, §2º, II, da Resolução Normativa do TCE-MT 12/2016-TP, realizei a avaliação do relatório apresentado e **concluo** pelo atendimento das normas e padrões de qualidade estabelecidos por esta Casa.

**Acompanho** a conclusão técnica pelos seus próprios fundamentos.



É a informação.

Secretaria de Controle Externo de Saúde e Meio Ambiente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 25 de novembro de 2020.

*(Assinatura digital)<sup>1</sup>*

**Luiz Otávio Esteves de Camargos**  
*Supervisor de Controle Externo*

De acordo

*(Assinatura digital)<sup>1</sup>*

**Marcelo Takao Tanaka**  
*Secretário de Controle Externo de Saúde e Meio Ambiente*

---

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.